



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

Operador:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao 1T11. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas.

Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via *webcast*, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia. Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas.

O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores, por favor, podem prosseguir.

Wilson Nunes:

Bom dia a todos. Muito obrigado por sua participação na teleconferência da CESP sobre os resultados do 1T11. Encontram-se à mesa o Dr. Mauro Arce, Presidente da CESP, o Dr. Vicente Okazaki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Dr. Mituo Hirota, Diretor de Geração, e assessores.

Vamos passar para o slide dois, onde mostramos os destaques do período. A receita operacional líquida evoluiu 4,4% em relação ao mesmo trimestre de 2010.



**Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011**

O resultado do serviço chegou a R\$309 milhões, crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano passado. O EBITDA ajustado alcançou R\$521 milhões, tendo evoluído 10,5%, e sua margem chegou a 71,7%;

O lucro líquido no trimestre foi de R\$61 milhões, 117% superior ao apresentado no mesmo trimestre de 2010, sendo que serão distribuídos R\$25 milhões a título de juros sobre capital próprio.

Passando para o slide três, mostramos a distribuição do faturamento da CESP nos três segmentos de comercialização de energia: ambiente de contratação regulada, ambiente de contratação livre e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A maior participação coube ao ambiente de contratação regulada, com 62,6% das vendas. O ambiente livre representou 30,8%, e a energia de curto prazo participou com 6,6%.

Indo para o próximo slide, apresentamos a quantidade de energia vendida em MW/h, que diminuiu 6,4% em comparação com o mesmo período de 2010. O preço médio do MW/h aumentou 6,2%, de R\$90,95 no 1T10 para R\$96,56, no 1T11, descontadas as vendas na Câmara de Comercialização de Energia. O crescimento é decorrente de reajustes de preços contratuais, e pelo início do atendimento de contratos firmados anteriormente com melhores preços.

Passando para o slide cinco, demonstramos que as receitas de fornecimento e suprimento de energia elétrica alcançaram R\$826 milhões, 4,2% superior ao mesmo período de 2010, obtidos principalmente com o aumento dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$516,5 milhões, e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, que totalizaram R\$254,9 milhões.

A receita líquida no 1T11 registrou aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2010, alcançando R\$726,3 milhões.

Passando para o slide seis, demonstramos que os custos e despesas operacionais do trimestre totalizaram R\$416,8 milhões, refletindo uma diminuição de 6,7%, principalmente, pela redução dos gastos com energia comprada em relação ao mesmo trimestre de 2010. Na relação com a receita líquida, as despesas apresentaram uma redução de 6,9 p.p., correspondendo a 57,4% da receita líquida.

O slide sete mostra um crescimento de 10,5% do EBITDA ajustado, que no 1T alcançou R\$520,7 milhões, elevando sua margem para 71,7%.

Indo para o slide oito, ilustramos a evolução da dívida da CESP por moeda, de 2005 até o trimestre atual em análise, que mostra redução para R\$4,2 bilhões, sendo que 70% referem-se à moeda nacional e 30% estão denominados em moeda estrangeira.

Nesse slide, também mostramos o desempenho do indicador dívida/EBITDA, que era de 8,1x em 2005, tendo encerrado o trimestre em 1,9x anualizado.



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

No slide nove, a tabela constante mostra alguns indicadores econômico-financeiros que podem complementar a análise dos números da CESP referentes ao 1T11.

Com isso, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de vocês, e abrimos a reunião para a sessão de perguntas e respostas. Muito obrigado.

Carolina Carneiro, Banco Santander:

Bom dia a todos. Duas perguntas. Primeiro, vocês, no último *call*, tinham falado da possibilidade de ser produzido um relatório da reunião que CESP, Cemig e COPEL fizeram para discutir diretrizes para a questão da renovação de concessões, argumentos que vocês possivelmente apresentariam para o Governo Federal. Eu queria saber se tem alguma novidade em relação à possibilidade de divulgação desse relatório; se ele realmente está sendo produzido e se tem alguma novidade em relação a informações sobre isso, como está a discussão que vocês têm com o Governo Federal e entre as empresas, se vocês pretendem fazer alguma nova reunião para discutir esses pontos.

E a segunda pergunta é em relação ao operacional, a outras despesas de vocês. Nesse trimestre e no passado vocês tiveram um nível de provisão um pouco elevado, principalmente em relação a ações cíveis e à contabilização de custos retardatários. Então, queria só que vocês passassem um pouco de *update* do que dessas provisões de ações cíveis podemos considerar um nível mais ou menos recorrente para o ano.

E em relação aos custos retardatários, só para entender um pouco, serão recorrentes a partir de agora, com o IFRS, ou seria algum custo transitório para impactar o resultado de vocês? É isso.

Mauro Arce:

Com relação ao processo de concessão, continuamos conversando; inclusive, na próxima quinta-feira, depois de amanhã tem mais uma reunião com nossos parceiros, COPEL, Cemig e algumas associações. Nesse período, tivemos algumas ações no campo política, com contato com parlamentares esperado na Câmara. Então, o assunto está evoluindo.

Tivemos também uma nova manifestação do poder concedente, do Ministério em particular, do próprio Ministro informando da importância do assunto e da necessidade de se ter uma solução o mais rápido possível.

Então, o assunto está caminhando, e esperamos que possamos ter uma posição, e o ideal para nós seria, no máximo, até o final deste ano.

Vicente Okazaki:

Com relação à segunda pergunta, das provisões, realmente tivemos uma provisão um pouco acima do nosso previsto, mas praticamente metade, 46% foram em função da atualização monetária e juros do saldo que temos de provisão do provável.



Carolina Carneiro:

OK. Obrigada.

Mariana Coelho, Itaú BBA:

Bom dia a todos. Minha pergunta diz respeito a dividendo. Tendo em vista que a CESP andou desalavancando bastante sua dívida nos últimos dois anos, eu gostaria de saber se existe a perspectiva de vocês aumentarem o *payout* de dividendos a partir deste ano, ultrapassando aquele limite mínimo da preferencial. E se sim, qual seria o *payout* que vocês poderiam praticar? Obrigada.

Vicente Okazaki:

Quanto à parte de dividendos, você tem percebido que, com a aplicação do IFRS, o aumento patrimonial que tivemos reduz, em função da depreciação, o nosso resultado. Mas se você olhar o lado patrimonial, nós estamos recompondo e os acionistas estão recebendo os dividendos. Toda aquela parcela que é dedutível do resultado, estamos recompondo para os acionistas.

E eu creio que, nesse sentido, o que aplicamos no trimestre deverá ocorrer para os próximos meses, também.

Mariana Coelho:

Só para ter certeza que eu entendi, não há, então, perspectiva de nenhum aumento além daquele mínimo obrigatório?

Vicente Okazaki:

Neste momento, não.

Mariana Coelho:

OK. Obrigada.

Felipe Leal, Merrill Lynch:

Bom dia a todos. Eu gostaria de saber como está o esforço de contratação de energia para aqueles contratos seus que vencem em 2012 e 2013, a disponibilidade dessa energia para novos contratos, como está caminhando; se já está travando algum tipo de contratação com consumidores livres.

Mauro Arce:

Felipe, com relação a esses contratos, evidentemente, qualquer decisão depende de uma solução do problema das concessões. Mas, de qualquer forma, temos verificado que, no fundo, temos energia disponível a partir de 2013, e tem o problema dos 67% em 2015, que é fruto do término das concessões.



Mas mesmo nesse período tem havido interesse, e nós estamos trabalhando nessa direção, ver o que nós vamos fazer. Aparentemente, não haveria interesse de alguém contratar energia em um prazo tão curto, mas diferentemente do que imaginávamos, temos alguma sinalização positiva.

Então, estamos trabalhando nessa direção para verificar, independente da solução, que esperamos que ocorra até o final deste ano, de poder colocar à disposição do mercado essa energia que vai sendo liberada a partir de 2013.

Felipe Leal:

OK. Obrigado.

Sergio Tamashiro, Banco Safra:

Bom dia a todos. Ainda com relação a essa recontração de energia, apesar de mostrado o contrário, se caso um cliente queira uma energia de um pouco mais de longo prazo, de 2013 a 2018, cinco anos, se é possível esse contrato ser assinado, e se a ANEEL pode dar uma aprovação desses contratos.

E nesses contratos que você falou, de 2013 a 2014, qual está sendo a média de preços negociada?

Mauro Arce:

Nós não negociamos. Nós temos tido intenção de consumidores nos procurando, mas não tivemos nenhuma negociação.

Com relação a preço, evidentemente não existe. Para contratos além de 7 de junho de 2015, não esperamos contratos com 100%, mas com 30%, e a concessão continua conosco. Então, à medida que for liberando, podemos eventualmente fazer novos contratos.

Mas estamos trabalhando nas duas direções: uma, em um empenho muito forte no sentido de ter a solução para o problema da concessão; e ao mesmo tempo sentir o mercado e verificar o que podemos fazer nesse período de 2013 até 2015. E com a energia dos 30% que não estão afetados pelo problema concessão, se temos alguma folga para estender um pouco mais esses prazos.

Sérgio Tamashiro:

Eu queria só saber mais a sensibilidade de preço desses contratos de mais curto prazo, de 2013 a 2014, que ainda é antes do vencimento das concessões.



Mauro Arce:

Como eu lhe falei, ainda não existe nenhuma proposta concreta. Eu pedi essa semana que o pessoal me levantasse as datas, porque inicialmente não se imaginava que houvesse interesse por uma energia quase de curto prazo. Mas a tendência e a demanda do mercado mostram de forma diferente. Então, vamos analisar e vamos estabelecer uma diretriz para eventual negociação.

Sérgio Tamashiro:

OK. Obrigado.

Fabiano Custódio, Credit Suisse:

Bom dia a todos. Obrigado pelo *call*. Minha pergunta, voltando à questão dos dividendos, eu queria explorar um pouco com a Empresa: vimos uma desalavancagem grande da CESP nos últimos anos, e hoje percebemos que a alavancagem financeira da Companhia está por volta de mais ou menos 2x, um pouco acima. Eu queria entender com vocês o que seria um nível ótimo de alavancagem, qual é o *target* que vocês têm. E em atingindo esse *target*, se não haveria a possibilidade de acelerar a distribuição de dividendos, porque percebemos a Companhia totalmente em outra situação em relação ao passado. Obrigado.

Vicente Okazaki:

O que nós temos informado, e você viu pelo quadro do nosso EBITDA, eu tenho sempre colocado que nosso objetivo está em ficar em torno de 2x. Anualizado agora, está dando 1,9x, mas o ideal é ficar em 2x, mais ou menos por aí.

Quanto à parte dos dividendos, depende da política da Empresa depois da concessão, se vai ter política de investimentos. Eu não sei. Vai depender muito das concessões. Tendo o encerramento mais claro da situação da concessão, acho que fica mais fácil responder sua pergunta.

Mauro Arce:

Só complementando, com relação a dividendos, claro que existe, e a Empresa tem manifestado isso, a disposição de pagar dividendos. Até porque, o Governo do Estado é nosso maior acionista e também tem interesse nesses recursos.

Nós estamos fazendo um trabalho, e esse trabalho já apareceu, de alguma forma, com redução de despesas. Vamos prosseguir nessa direção, e vamos, a cada trimestre, avaliar os efeitos positivos de um pagamento de juros sobre capital próprio do ponto de vista tributário, e vamos trabalhar junto com o Conselho de Administração, onde, evidente, estão representados os acionistas minoritários, para definir, a cada passo, o que podemos antecipar em relação aos dividendos ao final do exercício, até por ter uma vantagem tributária em pagar o juros sobre capital próprio.



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

Então, a cada trimestre vamos avaliar, mas na direção de procurar otimizar, sem evidentemente colocar em risco pagamentos. Mas estamos com uma posição equilibrada. Novamente, o EBITDA subiu bastante e a situação hoje é completamente diferente daquela que tínhamos até junho de 2006.

Sérgio Tamashiro:

OK. Obrigado.

Marcelo Ganen, Oceana Investimentos:

Bom dia. Eu tenho duas perguntas. A primeira, em relação à questão da concessão, vimos no último mês uma discussão grande por parte do Governo em relação à questão de tributos e encargos na conta de energia elétrica. Queria saber, na visão de vocês, se um pouco dessa discussão também não tem surgido da visão do Governo de que provavelmente não tem muito a reduzir na tarifa de compra de energia, o que impactaria um preço de renovação de concessões.

E a segunda pergunta, em relação à reserva de lucros a realizar de R\$618 milhões que vocês têm no balanço, se vocês já têm previsão de realizar parte relevante dessa reserva na distribuição de dividendos do início de 2012, e de quanto seria essa parte relevante.

Mauro Arce:

Respondendo a primeira parte, que diz respeito à concessão, essa discussão sobre encargos está sendo bastante ativa no momento; lembrar que são encargos, impostos, muitos deles, como o caso do ICMS, que é um imposto estadual. Então, é uma discussão mais política, e eu acho que de alguma forma está ligada à tão esperada, discutida e nunca realizada reforma tributária. Esse é um lado.

Com relação ao espaço de redução do preço da energia para desonerar o consumidor, imaginamos que exista um limite para isso, e evidentemente, quando falamos dos encargos, estamos falando de quase 50% do valor da conta, enquanto a possibilidade de se fazer uma redução de tarifa via, por exemplo, uma negociação de término dessas concessões, é bem mais limitada do que seria em uma reforma tributária que levasse em conta não só os tributos, mas aqueles encargos que acabam onerando o consumidor final.

Vicente Okazaki:

Com relação ao lucro a realizar que nós colocamos no balanço, em função da variação cambial realizada no ano passado, tem uma previsão de R\$162 milhões que deverá ser colocada na assembleia dos acionistas em abril de 2012, juntamente com o resultado de 2011.

Marcelo Ganen:

OK. Obrigado.



Fernando Prado, BNT Paribas:

Bom dia a todos. Eu tenho uma pergunta. Em relação à renovação das concessões, o fato de vocês ainda estarem discutindo entre vocês, COPEL, Cemig e CESP, os detalhes, nós podemos ter uma leitura de que isso está bem atrasado e que alguma coisa, se sair, será para o final do ano ou início do próximo?

Mauro Arce:

Na realidade, gostaríamos que isso estivesse definido. Mas sabemos que, de acordo com a legislação atualmente vigente, há necessidade até de mudança da legislação. Esse assunto foi iniciado com a criação do grupo de trabalho no Ministério de Minas e Energia, em 2008, mas como sempre tinha prazo, nunca foi dada a ênfase que está sendo dada agora.

Por que essa ênfase é importante agora? Porque já em 2013, e não é o caso só da CESP, todos os contratos relativos àquele primeiro leilão de dezembro de 2004 estão chegando ao final. Então, tem decisões que afetam não só o mercado livre, como o mercado regulado.

Por isso esse momento é muito mais agudo agora, não só no caso da CESP. E é bom lembrar que não é só geração: nós temos transmissão sendo encerrada, concessões encerradas; temos 43 distribuidoras de energia. Então, é um problema bem amplo, e evidentemente gostaríamos que isso tivesse sido antecipado, mas, como não foi, todo o nosso esforço é para que tenhamos uma decisão até o final deste ano.

Fernando Prado:

Você acha que se o Governo não decidir nada até o final deste ano, mas decidir no início do ano que vem, dá tempo?

Mauro Arce:

O ideal é que seja o mais rápido possível. Mas como isso não ocorreu, e agora verificamos que há um entendimento de que agora não dá mais para retardar essa decisão, qualquer que seja, vemos esse empenho de todas as autoridades federais, incluindo aí o Ministério, o Ministro, o Secretario Executivo, a ANEEL, a própria EPE, que faz o planejamento do sistema futuro do Brasil, que esse é um assunto relevante.

No caso das empresas federais, eu diria que o problema é o mesmo. Mas como elas estão ligadas diretamente ao poder concedente, elas têm evitado, não têm participado desse debate. É o caso da Chesf, de Furnas. E às vezes, no caso de algumas empresas, até mais grave que o próprio problema da CESP.

Fernando Prado:

OK. Muito obrigado.



Márcio Prado, Santander:

Bom dia a todos. Eu queria fazer um *follow-up*, ainda na questão dos dividendos. A CESP tem uma política de dividendos em que tem determinadas políticas para cada uma das classes de ações, mas, de maneira simplificada, ela tem uma política de garantir um mínimo de dividendo de 10% sobre o capital social, que hoje dá alguma coisa como R\$590 milhões, R\$600 milhões de dividendos a serem distribuídos todo ano.

Mas a geração de caixa da Empresa está bem acima disso. Aí depende do analista, mas tem gente que estima R\$1 bilhão, gente que estima R\$1,2 bilhão, R\$1,3 bilhão, que seja, é bastante superior a esses R\$590 milhões do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído.

Aí voltando, o Vicente comentou que o objetivo é manter uma estrutura de capital que tenha 2x dívida líquida/EBTIDA, mas comentou também o fato de que, por conta do IFRS, o lucro líquido hoje está um pouco abaixo do que já esteve no passado, por conta de uma depreciação maior. Entretanto, vocês têm lucros acumulados, reserva de lucros, teve uma pergunta anterior que tratou.

Então, queria só voltar a insistir nesse ponto, porque, na nossa análise, parece que se vocês não pagarem mais que esse mínimo obrigatório, a Empresa continuará desalavancando fortemente, bem abaixo dessa meta de 2x dívida líquida/EBITDA. Então, se puderem falar novamente sobre isso, e se pretendem usar, por exemplo, essa reserva de lucro e, de repente, pagar mais dividendo que esses R\$170 milhões que foram mencionados agora, para manter essa estrutura de capital mais alavancada. É isso. Obrigado.

Mauro Arce:

Antes de o Vicente falar, só queria colocar uma coisa, que é uma decisão econômico-financeira da Empresa, que nós não vamos fazer investimentos em novas obras, como aumentar geração, seja térmica, biomassa ou coisas desse tipo. Estamos nos restringindo, nos investimentos, àqueles investimentos de modernização e de conservação, atualização do parque gerador existente.

Então, não existe essa disputa, no caso, entre dar resultado para o acionistas ou fazer novos investimentos. Até que tenhamos uma definição clara da política a ser adotada pelo Governo em relação às concessões, não vamos falar de investimentos em novas fontes de geração. Esse é um ponto.

Evidentemente que isso induz, naturalmente, que os resultados da Empresa ao longo do ano sejam distribuídos. Então, eu não queria afirmar, quero só dar o resultado da política que estamos adotando. E evidentemente, tudo isso será avaliado a cada trimestre. Quando pudermos, e for interessante, antecipar juros sobre capital, é o que vamos fazer. Mas existe uma política de, evidentemente, a Empresa apresentando resultados, que esperamos que continue apresentando bons resultados, fazer a distribuição para os nossos acionistas, incluindo ao o acionista controlador.



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

Vicente Okazaki:

Márcio, você está correto. Inclusive, só complementando o que eu tinha falado há pouco, na verdade, o que será definido na assembleia de abril de 2012, você tem o resultado de 2011, esse que o Presidente acabou de afirmar, que a cada trimestre vamos avaliando, e a cada trimestre, o que eu puder pagar em termos de juros sobre capital próprio, nós pagaremos, para minimizar o problema de impostos.

E também, pelo fato de termos adotado o IFRS, temos que fazer um reajuste imobiliário, aqueles R\$199 milhões, que serão feitos em abril, mais essa parte que eu falei agora há pouco, sobre a variação cambial de R\$162 milhões. A somatória disso serão os dividendos de 2011.

Márcio Prado:

Obrigado.

Sandra Boente, Deutsche Bank:

Bom dia a todos. Primeiro, muito obrigada por este *conference call*, muito informativo. Eu queria fazer uma pergunta, uma continuação do tema das provisões. Não entendi muito bem sua resposta no começo do *call*, sobre a origem do incremento nas provisões neste trimestre. E também, se pode indicar um nível razoável de expectativa sobre provisões para o resto do ano. Obrigada.

Vicente Okazaki:

O que eu falei no começo do *call*, Sandra, é que realmente, as provisões, não temos uma bola de cristal para determinar. Temos um valor que eu publico normalmente – não sou obrigado, mas público todas as contingências dos prováveis, possíveis e remoto, para mostrar bem claramente para o acionista toda a minha provisão.

O que eu falei no início do *call* foi que do valor de 31 de dezembro para agora, 46% foram praticamente em função da produção monetária e juros. Isso que eu comentei. Mas os níveis poderão subir, poderão reduzir. Não tenho uma perspectiva nesse sentido.

Mas normalmente, o que tem acontecido é que no 1T foi um pouco acima do que estávamos prevendo. Foi isso.

Sandra Boente:

Muito obrigada.



Mauro Arce:

Sandra, só para complementar essa questão da correção: na realidade, são correções previstas pelo Poder Judiciário. Então, a cada trimestre vamos atualizando. Claro, evidentemente, se saiu da nossa frente, e esperamos que saia, alguma coisa será tirada. Mas se nada mudar em termos das ações propriamente ditas, elas sofrerão uma correção e até uma remuneração, porque além da correção você tem juros sobre avaliação desses passivos.

Sandra Boente:

OK. Muito obrigada.

Henrique Peretti:

Bom dia a todos. Obrigado pelo *call*. Eu tenho uma dúvida relacionada a projetos de expansão. No final de 2009, na conferência do 3T09 vocês tinham dito que estavam tentando uma autorização legislativa do Estado de São Paulo para se por acaso vocês participassem de SPEs em projetos de geração, vocês precisariam dessa autorização. E agora vocês disseram que devem focar mais em projetos de manutenção ou expansão do parque existente.

Eu gostaria de saber se houve uma mudança de postura do novo governador, se vocês estão abandonando projetos de expansão *green field*. Como ficou essa história?

Mauro Arce:

Na ocasião, foi proposto um projeto de lei e entregue à Casa Civil, tanto para CESP como para EMAE. O processo da EMAE avançou e o da CESP não. Então, o projeto de lei para modificar e permitir que a CESP pudesse participar desse esforço de novos investimentos não foi para frente, ainda no governo passado.

E como eu me referi anteriormente, dado esse impacto, até que seja resolvido, da concessão, que evidentemente é um assunto de extrema seriedade para nós; não faz sentido se eu tenho uma eventual ameaça, e espero que isso não ocorra, sobre 70% da minha receita, eu ir buscar parceiro, fazer uma parceria para fazer novos investimentos sem saber se eu terei uma geração de caixa suficiente para bancar isso no futuro.

Então, é uma medida de precaução. Inclusive, isso foi contemplado no próprio orçamento que foi elaborado na gestão passado, e que nós recebemos neste ano. Lá não existia nenhuma rubrica para investimento em novas fontes de energia. Então, demos sequência a isso; o projeto de lei não foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, e eu entendo que foi uma atitude correta, e não vamos mudar essa posição até que tenha sido resolvido o problema da concessão.

Henrique Peretti:

OK. Obrigado.



Marcelo Ganen, Oceana Investimentos:

Apenas para esclarecer a base para distribuição de dividendos em abril de 2012, vocês têm, então, a realização dessa reserva de lucros a realizar no valor de R\$162 milhões, e em adição a isso, provavelmente, também a realização da reserva de ajuste de reavaliação patrimonial, que seria alguma coisa em torno de R\$199 milhões. Ou seja, vocês teriam, somando as duas coisas, já em torno de R\$360 milhões que seriam distribuídos em abril de 2012?

Vicente Okazaki:

Marcelo, está correto. Vocês fez o cálculo correto. Isso mesmo, R\$199 milhões da aplicação do IFRS, e da realização da variação cambial do passado, R\$162 milhões. Mais o lucro de 2011, a ser discutido na assembleia de abril de 2012.

Marcelo Ganen:

OK. Obrigado.

Carolina Marcondes, Reuters:

Bom dia. Na verdade, eu queria confirmar algumas coisas que foram faladas várias vezes na apresentação para analistas. A questão da renovação das concessões é o que definirá tanto um eventual aumento no pagamento dos dividendos, quanto a decisão de se partir para novos investimentos? Isso que eu queria confirmar. Vocês tão aguardando essa decisão a respeito das concessões para tomar esses dois importantes passos? Obrigada.

Mauro Arce:

Na realidade, pagamento de dividendos, não tem nenhuma relação da concessão. O que nós colocamos na concessão é que, em função da indefinição até o momento de como será feito esse processo, novos investimentos, em novas fontes de energia, não faremos até que haja uma definição. Mas com relação a dividendos, até porque estamos falando de dividendos deste ano, 2011, conforme foi explicado pelo Diretor Financeiro; ou seja, resultado de 2011 mais esses dois ajustes, que no total aportam R\$360 milhões, além do valor do resultado do próprio ano de 2011.

Resultado este que já começamos a antecipar pagando juros sobre capital próprio. Evidentemente, vamos evoluir a cada dia, mas em particular em relação ao mercado, a cada trimestre.

Carolina Marcondes:

OK. Obrigada.



Wellington Bahnemann, Agência Estado:

Bom dia a todos. Eu tenho duas perguntas. A primeira diz respeito à questão dos passivos judiciais da Companhia. Quando o Secretário Aníbal assumiu a Secretaria de Energia, um dos pontos que ele levantou de trabalho que ele executaria seria a questão de limpar os passivos judiciais da CESP, seria uma das prioridades na gestão dele. Eu queria saber se já foi tomada alguma medida nesse sentido, se algum trabalho está sendo executado no sentido de limpar os passivos judiciais da Companhia.

E a segunda pergunta seria em relação à questão das concessões. Na semana passada, a Eletrobrás fez uma Apimec aqui em São Paulo e eles abordaram que já estão fazendo uma série de simulações do que seriam os impactos eventuais de uma renovação onerosa das concessões. Eu queria saber se a CESP já tem feito, também, um trabalho nesse sentido, e se já dá para ter uma ideia de qual seria o preço da energia que não seria tão atrativo ter a questão da renovação das concessões, a Companhia passaria a ter perdas se o Governo reduzisse o preço da energia vendida. Seriam essas duas questões. Obrigado.

Mauro Arce:

Tanto o problema das concessões com o passivo são os assuntos mais importantes da Empresa, e estamos trabalhando isso, conforme o Secretário colocou. Primeiro fizemos um levantamento mais preciso de tudo isso, até por conta da própria mudança no sistema de balanço, com a implantação do IFRS. Estamos verificando, estamos tendo uma ação muito forte nessa direção. Mas limpar o passivo, não temos nenhum plano se vamos fazer acordos ou deixar de fazer acordos.

Estamos brigando no judiciário sobre todos os aspectos; brigando no bom sentido, de buscar uma solução. É claro que uma Empresa como a CESP, principalmente com a atuação grande; inclusive, eu diria que a maioria dessas ações são fora do Estado de São Paulo, e a cada passo aparecem ações. Felizmente, nesses últimos quatro, cinco meses não tem aumentado o número de novas ações, então estamos trabalhando sobre o estoque de ações que já existia, que para mim já é um número muito grande.

Com relação a que tipo de modelo nós teremos na concessão, a aplicação pura e simples da legislação atual não tem prorrogação, e o Estado, o Governo Federal paga o resíduo. De qualquer forma, apesar de parecer que é um recurso muito pequeno, somado todo esse pacote de concessões que terminam, incluindo as distribuidoras, as empresas de transmissão e as geradoras, daria um recurso muito elevado, quando a prioridade do Governo Federal é fazer investimentos em novas fontes de energia, para garantir o atendimento do mercado, crescente. Principalmente naquela certeza de que o mercado de energia continua crescendo acima do produto interno bruto, em torno de 10% a 20% acima. Então, precisa haver novos investimentos.



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

Nós estamos fazendo conjecturas. Achar que o Governador vai chegar e falar “vou pagar todo o resíduo”; apesar de chamar resíduo, é um valor muito alto, que estaria competindo diretamente com os novos investimentos.

Outra possibilidade, mudança da legislação. E aí você tem a hipótese de prorrogar nas condições atuais ou prorrogar com ônus. Parece que é essa a informação que a Eletrobrás deu, que ela está avaliando esse ônus, o que é suportável em termos de ônus.

E aí tem uma ligação muito forte, principalmente quando nos referimos ao mercado regulado. Dependendo do preço da energia, eu posso ter um ônus suportável. Mas se eu for pegar o valor atual da energia, eu tenho condição de saber, se houver uma redução no valor atual, o que isso representa para a Empresa. Isso não é difícil de fazer.

Mas é muito prematuro, porque esse eventual modelo com ônus, de uma renovação com ônus, está muito ligado a que preço eu vou comercializar a energia. Se eu comercializar a energia muito alto, posso pagar um ônus muito grande e ainda ter resultado positivo para a Empresa. Se eu for fazer o ônus em cima do preço atual, eu sei o meu limite, acima do qual eu já terei perda para a Empresa. Evidentemente, isso está sendo considerado.

Cálculos são feitos, mas eu posso fazer um cálculo com o preço da energia que o mercado imagina que irá ocorrer e com o preço da energia atual. Eu diria que com o preço da energia ora praticado nos contratos do sistema regulado, no mercado cativo, você tem muito pouco espaço para transferir ônus.

Wellington Bahnemann:

Você fala dos contratos da energia velha, no caso, que devem estar hoje na faixa de R\$100?

Mauro Arce:

Menos.

Wellington Bahnemann:

Menos? Estaria em torno de quanto hoje?

Mauro Arce:

R\$60, por aí.

Wellington Bahnemann:

Quanto?



Mauro Arce:

R\$60, não é? Estou checando aqui.

Vinícius Canheu, Credit Suisse:

Bom dia. Eu queria entender, não tanto dividendo, mais política de gestão de caixa. O Vicente comentou que o ideal seria ter dívida líquida/EBITDA de mais ou menos 2x, e é isso que vocês vão acompanhar. Nesse *target* de 2x, como vocês consideram as provisões? O Vicente comentou também que faz questão de abrir o saldo de provisão, e só o saldo do balanço é mais ou menos R\$1,7 bilhão de provisão, e se colocarmos as possíveis, as outras, o saldo fica muito maior, se não me engano perto de R\$6 bilhões.

Então, quando que você olha essa alavancagem e pensa o que tem para investir e o que tem para distribuir, como a provisão é considerada na alavancagem? Porque esse número, se você for olhar só a provisão do balanço, já é quase o total de dívida líquida da Empresa hoje em dia. Queria saber como a Empresa faz essa gestão.

Mauro Arce:

Vou começar aqui, e só lembrar uma coisa: você tem essa tabela que o Vicente se referiu, do possível, provável e remoto. Mas, na realidade, temos que trabalhar muito em relação àquilo que temos desembolsado a cada trimestre por conta de ações, porque o número é completamente diferente desse que aparece.

Você pode imaginar que o possível está acima de R\$1,5 bilhão, que no próximo trimestre eu vou perder esse R\$1,5 bilhão de ações. Isso não ocorre dessa forma. Os processos estão em situações completamente diferentes uns dos outros em relação à tramitação judiciária.

Uns estão em primeira instância, tem tribunal de justiça nos estados, tem STJ, ainda não temos nada no STF. Então, uma sugestão: nós deveríamos olhar mais o que a Empresa está despendendo a cada trimestre, ou a cada mês, por conta de pagamento de ações, mais do que essa expectativa de perda, como é colocado aqui. E aí você verá que os valores são muito pequenos em relação à receita líquida da Empresa.

Vicente Okazaki:

Só complementando, realmente, o nosso ideal do EBITDA é 2x, ficar em torno disso. Mas como foi dito, no meu provável, possível e remoto, se você olhar o nosso detalhe no cômputo geral, nós tivemos uma redução geral de praticamente 9%. Logicamente que, pela lei, eu publico só o provável, mas se olharmos o geral da Companhia, houve uma redução de 9%.



Transcrição da Teleconferência
Resultados do 1T11
24 de maio de 2011

Operador:

Encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria agora de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Mauro Arce:

Agradecemos sua participação, e informamos que as demonstrações financeiras, nosso *release* de resultados e outras informações sobre o 1T estão disponíveis em nosso *website* de Relações com Investidores, e nossa Equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam ao final da apresentação. Muito obrigado a todos.

Operador:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos, e tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o *website* de Relações com Investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”